

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E SUAS IMPLICAÇÕES NA QUESTÃO SOCIAL BRASILEIRA: um olhar crítico

Beatriz Dantas Gomes Bezerra<sup>1</sup>Carmem Lúcia Néo Alves<sup>2</sup>Mirley Jordana Fernandes da Silva<sup>3</sup>

### RESUMO

O artigo aborda as transformações no modo de produção capitalista e seu impacto na promoção do antagonismo de classes. Ele destaca a relação entre Estado e neoliberalismo, analisando a responsabilização da sociedade civil e o enfraquecimento da cidadania. Sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, o texto discute as transformações estruturais causadas pelo neoliberalismo, como a reestruturação produtiva, a flexibilização do trabalho e a subserviência às tecnologias digitais. O artigo tem como objetivo analisar a relação entre Estado e neoliberalismo, destacando a responsabilização da sociedade civil e o enfraquecimento da cidadania. Ele revela como o neoliberalismo contribuiu para a fragmentação entre Estado e sociedade civil, minando a capacidade de mobilização da classe trabalhadora e priorizando políticas sociais focalizadas em detrimento das universais. Portanto, enfatiza a importância de analisar a sociedade como um todo a fim de tentar entender as contradições entre o capital.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo. Democracia. Terceiro Setor.

### ABSTRACT

The article addresses the transformations in the capitalist mode of production and their impact on the promotion of class antagonism. It highlights the relationship between the State and neoliberalism, analyzing the accountability of civil society and the weakening of citizenship. From the perspective of historical-dialectical materialism, the text discusses the structural changes caused by neoliberalism, such as productive restructuring, labor flexibility, and subordination to

<sup>1</sup> Programa de Pós-graduação Serviço Social e Direitos Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Bacharel em Serviço Social (UERN). Especialista em Atenção Básica e Saúde Materno-Infantil pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em Serviço Social e Instrumentalidade pela Faculdade Única. E-mail: [beatrizbezerra@hotmail.com](mailto:beatrizbezerra@hotmail.com)

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação Serviço Social e Direitos Sociais. Bacharel em Serviço Social Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: [carmemneoalves@gmail.com](mailto:carmemneoalves@gmail.com)

<sup>3</sup> Programa de Pós-graduação Serviço Social e Direitos Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Bacharel em Serviço Social (UERN). Bacharel em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: [mirleyjordanaaa@gmail.com](mailto:mirleyjordanaaa@gmail.com)

PROMOÇÃO



digital technologies. The article aims to understand the transformations of the capitalist mode of production, the impact of neoliberalism on social relations, and the modality of social intervention adopted by the State. It reveals how neoliberalism has contributed to the fragmentation between the State and civil society, undermining the mobilization capacity of the working class and prioritizing targeted social policies over universal ones. Therefore, it emphasizes the importance of analyzing society as a whole in order to comprehend the contradictions between capital and labor.

**Keywords:** Neoliberalism. Democracy. Third Sector.

## 1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990, o Brasil assistiu ao surgimento de modelos de acumulação flexível e regimes de regulação social baseados em princípios neoliberais (Behring, 2009). Essas mudanças representaram uma ruptura com o modo de produção fordista que predominava anteriormente. O neoliberalismo começou a se desenvolver na década de 1970, caracterizada por políticas que enfatizam a liberalização do mercado, a desregulamentação e a redução da intervenção do Estado na economia (HARVEY, 2008). Baseia-se na crença de que a promoção da liberdade individual e da iniciativa privada pode levar a uma maior eficiência econômica e progresso social.

A reestruturação produtiva, a flexibilização do trabalho, as privatizações, a ampliação do trabalho autônomo, o mercado informal e a subserviência às tecnologias digitais têm sido apontados como importantes elementos das mudanças estruturais no mundo do trabalho. Essas transformações são caracterizadas pelo novo padrão de acumulação, que possibilita a capitalização das relações sociais e a mercantilização de setores anteriormente voltados às políticas públicas (ANTUNES, 2018).

Esta pesquisa tem como objetivo entender as transformações que ocorreram no sistema de produção capitalista, o impacto do neoliberalismo nas relações sociais e as formas de intervenção social adotadas pelo Estado. Além disso, o artigo busca destacar como o neoliberalismo contribuiu para uma separação entre o Estado e a sociedade civil, resultando em dificuldades para a mobilização da classe trabalhadora e priorizando políticas sociais focalizadas em detrimento das políticas universais.

O objetivo principal é analisar a relação entre Estado e neoliberalismo, destacando a responsabilização da sociedade civil e o enfraquecimento da cidadania. Através da perspectiva do materialismo histórico-dialético, serão discutidas as transformações estruturais causadas pelo neoliberalismo, como a reestruturação produtiva, a flexibilização do trabalho e a subserviência às tecnologias digitais.

O instrumento norteador desse diálogo, baseia-se na perspectiva do materialismo histórico-dialético, a partir da perspectiva de aproximação e análise da realidade. Porque ele permite o seu próprio enriquecimento com as novas determinações da realidade atual, sem no entanto abrir mão das articulações mais essenciais que presidem o todo social (TONET, 1997).

Dessa forma, é importante reconhecer a necessidade de uma análise ampla e abrangente da sociedade como um todo, a fim de compreender as contradições inerentes ao sistema capitalista. Na base teórica deste estudo, serão utilizadas obras de autores renomados, como Duriguetto (2014), Montañó (2000), Behring (2009), Antunes (2018), Tonet (1997), José Paulo Netto (2006), Iamamoto (2008, 2022) e outros, que fornecem análises aprofundadas sobre as categorias em questão.

## 2 O TERCEIRO SETOR COMO REFLEXO DO DESMANTELAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE AMPLA

De acordo com Harvey (1992), a dimensão econômica da globalização está intrinsecamente ligada ao surgimento do "regime de acumulação flexível". Nesse contexto, o capitalismo busca constantemente novas formas de garantir sua expansão e reprodução, utilizando uma série de mecanismos de reestruturação. Nesse sentido, a perspectiva neoliberal busca incorporar demandas do mercado, promovendo a flexibilização do mercado de trabalho, desregulamentação do Estado, privatizações, dentre outras.

Para iniciarmos a discussão, é relevante ressaltar que a expansão das tendências neoliberais na América Latina, conforme apontado por Montañó e

Duriguetto (2014) tem gerado impactos significativos. É nesse sentido que as tendências neoliberais desenvolvem fortes impactos na América Latina. Refletir sobre a expansão dessa tendência do ponto de vista histórico, implica em refletir sobre os processos de dependência e subordinação entre os países da América Latina aos países de economia central, reflexo de suas condições periféricas.

É importante reconhecer que o neoliberalismo na América Latina teve uma relação intrínseca com regimes autoritários. Essa conexão entre autoritarismo e neoliberalismo influenciou profundamente o curso dos eventos na região, moldando não apenas as políticas econômicas, mas também as dinâmicas políticas e sociais que se desdobraram ao longo do tempo. Considerando a relação de dependência da América Latina aos países centrais e o interesse do capital financeiro aos territórios periféricos, em seu contexto sócio-histórico, Mandel caracteriza como semi colônias inerentes ao capitalismo tardio (MANDEL, 1982).

A circulação ocorre diferenciadamente em contextos históricos a partir do grau de articulação planetária do mercado mundial; dos níveis de desenvolvimento e generalização das forças produtivas e, ainda, dos níveis de consciência e organização das classes sociais e seus segmentos. A busca de lucros adquiriu forma específica em cada período do modo de produção capitalista: o capitalismo concorrencial e liberal (século XIX), o imperialismo clássico (fins do século XIX até a Segunda Guerra Mundial), ainda marcadamente liberal, apesar do crescimento dos monopólios; e o capitalismo tardio (pós-1945 até os dias de hoje) (BEHRING, 2009, p. 13).

A expansão neoliberal também é resultado da organização política vivenciada pela América latina, enquanto resposta imperialista que visava barrar o desenvolvimento socialista no continente. Na década de 1990 a esquerda latino americana teve seus movimentos duramente derrotados por ofensivas repressivas e ditatoriais (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2014).

A crise de dívidas dos países latino-americanos lançou as economias do continente em uma fase recessiva, abrindo caminho para a adesão a modelos neoliberais, como o Consenso de Washington. Essa adesão desencadeou desregulamentações nas mais distintas esferas do mundo do trabalho, resultando no aumento do desemprego, das taxas de juros, da inflação, além do agravamento da desigualdade social" (IAMAMOTO, 2008; IAMAMOTO, 1995).

Características como a precariedade de leis trabalhistas, a redução da soberania nacional e concomitantemente com a popularização das chamadas grandes corporações multinacionais, passam a ter maior influência nas decisões do próprio Estado (ANTUNES, 2018), além disso, esse modelo econômico freia o desenvolvimento dos países de economia periférica, caracterizando no crescimento desigual e combinado, que aumenta progressivamente as desigualdades entre as nações (MÉSZÁROS, 2002).

Compreender as transformações do novo padrão de acumulação e o seu impacto nas relações sociais, exige analisar na dimensão da totalidade a implementação medidas neoliberais que desregulamentaram os direitos previstos na constituição brasileira de 1988. Dessa maneira, a dimensão da totalidade nos conduz a percepção da contradição entre capital e trabalho, compondo-se no discurso de consenso, da cooperação e solidariedade.

De acordo com Duriguetto (2014), os governos neoliberais no Brasil têm adotado políticas de desregulamentação das relações sociais e desmonte das políticas de proteção social. Essas políticas visam fragmentar as estruturas organizativas da classe trabalhadora, enfraquecendo sua capacidade de mobilização e resistência coletiva. Além disso, os governos neoliberais promovem a adoção de políticas sociais focalizadas, ou seja, direcionadas a segmentos específicos da população, em vez de políticas universais que abranjam a totalidade dos cidadãos.

Na contramão do papel que vem sendo atribuído à sociedade civil, os movimentos sociais de esquerda trouxeram grande impacto no processo de democratização da sociedade brasileira. Essas características acentuadas ao recuo e crítica do Estado aos movimentos sociais e as lutas sociais da classe trabalhadora, desempenham o papel ideológico fundamental que visa transformar a sociedade civil em “Terceiro Setor”.

Por tanto, ampliou-se o leque de atores sociais, assim como o campo da sociedade civil. Isso resultou um descentramento dos sujeitos históricos em ação, antes focado nas classes sociais e nos movimentos populares. Surgiram novas facetas à cidadania, como o exercício da civilidade, a responsabilidade social do cidadão como um todo etc. (GOHN, 2013, p. 61).

Essas instituições se formam enquanto fundações públicas, de acordo com Duriguetto e Montano (2014) que devem ser interpretadas enquanto ações que expressam funções a partir de valores. Ainda na perspectiva da autora, os setores da “esquerda pós-moderna” idealizam o “Terceiro Setor” enquanto santificação da sociedade civil, espaço despolitizado na promoção de “parcerias” entre as classes.

A fragmentação entre Estado e Sociedade é fruto do pensamento moderno que percebe o Estado como superação da sociedade natural. De acordo com Marx (2009) o Estado é o aparelho coercitivo de dominação de classe, para ele, a sociedade civil condiciona e regula o Estado e o movimento das classes sociais determina o papel do Estado, ou seja, em cada contexto é determinado através da hegemonia social e política.

Nesse sentido, o poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê da classe hegemônica, a burguesia. O direito na formulação básica de Marx, compõe a superestrutura jurídico e político e se elevam a partir da base econômica que Marx intitula enquanto sociedade civil (MARX, 2009).

Montaño (2002) entende que o debate do “Terceiro Setor” é promovido por setores ligados aos interesses do grande capital. Nesse sentido, cabe reconhecer que o Estado se expressa de acordo com os interesses da classe hegemônica, assim, no contexto neoliberal, as respostas do Estado às expressões da “questão social”, são materializadas através de políticas pontuais, focalizadas e seletivas.

Como parte da sua ofensiva, o neoliberalismo busca promover a "reinstrumentalização" da sociedade civil, utilizando-a como instrumento de gestão pública e substituindo, assim, o papel do Estado (IAMAMOTO, 2022). Assim, o incentivo às organizações a esse modelo de intervenção se torna sinônimo de garantia de bem estar social, preservando a harmonia entre essas organizações e o Estado (DURIGUETTO; MONTANO 2014).

A participação cidadã nas associações da sociedade civil constitui o único mecanismo para evitar a acumulação do poder, ora na maioria tirânica, ora no Estado despótico (...) É ela que permitirá a permanência da democracia e da ordem social, eliminando a possibilidade de revolução, estabelecendo uma convivência pacífica entre igualdade e liberdade (MONTAÑO 2002, p. 68-69).

Com a desresponsabilização do Estado e expansão das desigualdades sociais. O Terceiro Setor ganha espaço em contraposição ao Estado e ao mercado, enquanto instituição que responde às expressões da “questão social”<sup>4</sup> (IAMAMOTO, 2022). Compreendendo que o primeiro setor (Estado) é centralizado, politizado (negativismo da política); o segundo (mercado) orienta-se em favor do lucro (MONTAÑO, 2002).

Para uma caracterização histórico-crítica da pobreza e “questão social” expressa as desigualdades proferidas a partir do pauperismo e das desigualdades sociais. Sendo ela resultado da luta de classe e reconhecimento do Estado. Para Marx (2009), dentro do processo de acumulação e exploração, as desigualdades sociais são naturais e necessárias. Nesse sentido, o Estado passa a reconhecer a questão social e intervir sobre ela através de políticas sociais.

Entende-se que as formas de proteção social foram emergindo a partir da intensificação da organização da classe trabalhadora. Essa dinâmica da classe trabalhadora de se constituir em um contexto de ameaça ao sistema capitalista, vai forçar a classe burguesa, juntamente ao Estado, a viabilizar estratégias para “amenizar” os ânimos da classe subalterna (BOSCHETTI, 2009).

A conjuntura atual impõe retrocessos significativos no que diz respeito aos direitos sociais e à política de educação superior, não apenas no Brasil, mas também na América Latina e no mundo. Estamos vivenciando um contexto de desvalorização dos direitos e de mercantilização das políticas públicas, impulsionado pelo crescente protagonismo da extrema direita, cuja política neoliberal se caracteriza por uma perspectiva militarista e conservadora. Como resultado desse aumento da exploração em prol do lucro, as desigualdades sociais são ampliadas, impactando diretamente nas relações sociais (FARAGE, 2021)

Netto (2006), afirma que, desde a expansão do modo de produção capitalista, o surgimento do regime de mercantilização e exploração da força de trabalho, essa força de trabalho deixou de ser valorizada como elemento fundamental do homem, a

<sup>4</sup> Questão Social é consequência do modo de produção capitalista, seu surgimento está totalmente atrelado a contradição entre capital e trabalho, em outros termos, é o domínio do modo capitalista de produção, quando manifestado as desigualdades nas áreas sociais, políticas e culturais (CARVALHO; IAMAMOTO, 1983).

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

qual poderia ser utilizada para sua emancipação e promoção de bem-estar.

Procuramos problematizar os caminhos para a busca de diminuição da desigualdade social, mediante políticas compensatórias no contexto atual. A intervenção do Estado através de políticas sociais também é reflexo do padrão de acumulação capitalista, que se desenvolve de forma gradual e diferenciada. As configurações dessas políticas vão refletir sobre a organização da classe trabalhadora em determinada comunidade, reconhecendo que o papel do Estado é imprescindível na análise de qualquer política social.

Nessa perspectiva, o dilema sob qual se questiona o Terceiro Setor é uma saída? Questionamentos como esse, constituem o falseamento na modalidade de intervenção social. Esse contexto induz ao erro e esconde o verdadeiro problema: Qual a modalidade de intervenção social?

Não se trata de avaliar qual é o melhor ator para responder a “questão social”, mas cabe a reflexão de que modalidade de intervenção social é ofertada por esses setores. Contrário aos interesses da burguesia, esse cenário de questionamentos permeiam na contramão da legislação brasileira, cujo direito do cidadão é de responsabilidade central do Estado.

A Constituição Federal (1988) é inspirada no modelo Keynesiano, o qual estabeleceu o dever do Estado de executar planos de desenvolvimento social. Ou seja, no horizonte da efetivação dos direitos, a união tem o dever de construir políticas públicas que garantam o acesso de bens e serviços.

Na contracorrente da legislação, o projeto neoliberal visa deslocar as respostas à expressão da “questão social” para uma outra modalidade de intervenção, condicionado a um Estado que se omite e desonera o capital do financiamento das políticas públicas. Esse comportamento retira o direito de cidadania e responsabiliza os indivíduos através da solidariedade da sociedade civil pela própria resposta às necessidades sociais.

O Estado deve garantir as condições básicas da sociedade, deve realizar ações através de políticas públicas que garantam um bom funcionamento do Estado e da sociedade. Em outras palavras, a intervenção da sociedade civil oculta uma série de problemas, uma vez que sua ação em responder (ainda que de forma

PROMOÇÃO



APOIO





fragmentada) os problemas sociais, pode contribuir com a negação da efetivação dos direitos oriundos do Estado.

Considerando a perspectiva do professor Montaño (2002), que entende que o “Terceiro Setor” é promovido por setores ligados aos interesses do grande capital. A amenização dos problemas sociais está diretamente ligada à relação que essas entidades construirão com a administração pública. O papel da sociedade civil como resposta autônoma à “questão social” pode contribuir, mas também pode contribuir com os tensionamentos sofridos pela classe subalterna.

## 2.1 TENSIONAMENTOS E CRÍTICA A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA

Para Montaño (2002), as respostas que são dadas através da ação filantrópica de organizações e indivíduos, não se configuram como uma solução às expressões da “questão social”. Pelo contrário, se configura como uma ação rasa, paliativa, despolitizada e que não possui garantia de continuidade.

Ignorar a atuação do Terceiro Setor, frente a necessidade dessas respostas sociais, leva a refletir e situar sobre o modelo de sociedade brasileira e suas legislações presentes. Outrossim, a sociedade civil constitui o solo matrizador do todo social, sendo este dilacerado por contradições. A resposta às necessidades sociais deixa de ser uma responsabilidade de todos (na contribuição compulsória do financiamento estatal, instrumento de tal resposta) e um direito do cidadão, e passa a ser uma opção do voluntário, que atua na lógica da filantropia e da caridade.

O autor (TONET, 1997) discute o conceito de sociedade civil, enfatizando que esta se manifesta quando os indivíduos se tornam cidadãos plenos, sujeitos de direitos. Nesse sentido, ele ressalta a importância de restituir ao Estado o papel de guardião dos interesses gerais, sem eliminá-lo.

Essa perspectiva sugere a necessidade de um equilíbrio entre a atuação da sociedade civil e do Estado, de modo que ambos trabalhem em conjunto para promover o bem-estar coletivo. Assim, o autor defende a ideia de uma sociedade na qual os cidadãos sejam empoderados e participem ativamente na formulação e



implementação de políticas públicas, enquanto o Estado exerce seu papel de proteção e promoção dos direitos e interesses da sociedade como um todo. (TONET, 1997).

Consideramos pertinente pontuarmos que no cenário atual essa atuação conjunta do estado e sociedade civil muitas vezes é utilizada para transferir a responsabilidade para sociedade civil, especialmente em contexto de precarização social, aumentando o risco de individualizar os problemas e limitar o acesso a direitos sociais. Assim, analisar a totalidade social, significa compreender que a modalidade de intervenção na perspectiva do Terceiro Setor, o qual não apresenta horizontes emancipatórios. Dessa maneira, a conformidade dessa realidade traz a renúncia da busca por direitos.

É importante indagar: A mera experiência participativa gera uma cultura de experiência crítica/ consciente de sua situação? Refletir sobre essa realidade requer analisar a organização da classe, reconhecendo que ela é uma peça fundante dada a essa realidade de exploração e alienação da sociedade.

A ação social contribui mais com a reprodução alienadora dos indivíduos, do que a análise crítica de sua própria condição e a busca pela superação. Segundo Tonet (1997) a emancipação política é um ato que o indivíduo tem de se entender enquanto sujeito de direito, na compreensão que a conjuntura social e de subordinação ao capital, ainda que os direitos arduamente conquistados sejam negados.

Ainda segundo o autor, a superação da emancipação política é o caminho para a emancipação humana, compreendendo que essa realidade só é possível através de um estado de consciência de classe, resultando na construção da defesa de um projeto societário sem luta de classes e exploração. (TONET, 1997).

Para Antunes (2018), o fim das classes sociais acabaria com o antagonismo social: capital x trabalho, o autor remete a discussão do “privilégio da servidão” como uma crítica aos sentidos do trabalho desenvolvidos pelos avanços das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, especialmente após o processo de reestruturação produtiva permanente que continua até hoje é um processo de mudanças ideológicas e políticas da qual o Neoliberalismo e a hegemonia financeira são traços marcantes.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa pesquisa bibliográfica, é possível relacionar e compreender as transformações do novo padrão de acumulação e o seu impacto nas relações sociais. Nesse sentido compreendemos que o antagonismo de classes é inerentes às transformações causadas através do modo de produção capitalista e na perspectiva da efetivação dos direitos, a modalidade de intervenção social é limitada. Tudo isso exige analisar na dimensão da totalidade a implementação de medidas neoliberais que desregulam e retiram os direitos da classe trabalhadora.

O neoliberalismo no Brasil trouxe mudanças significativas no sistema de produção capitalista, promovendo a flexibilização do trabalho, a desregulamentação e a redução da intervenção do Estado na economia. Essas transformações resultaram em uma separação entre o Estado e a sociedade civil, enfraquecendo a mobilização da classe trabalhadora e priorizando políticas sociais focalizadas em detrimento das políticas universais. O surgimento do Terceiro Setor foi reflexo desse desmantelamento da proteção social, servindo como uma resposta fragmentada e despolitizada às expressões da "questão social". A compreensão dessas transformações exige uma análise ampla do sistema capitalista e das contradições inerentes a ele.

### REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. Ed. Boitempo, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no contexto da crise capitalista**. In: **CFESS. Conselho Federal de Serviço Social (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CEAD/Ed. UnB, 2009.

BOSCHETTI, I. **Seguridade social no Brasil**: conquistas e limites à sua efetivação. In: **CFESS. Conselho Federal de Serviço Social (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CEAD/Ed. UnB, 2009.

FARAGE, Eblin. **Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional** do Serviço Social. Serviço Social & Sociedade, v. 142, 2021.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 2013.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Edições Loyola, 1992.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2007.

HARVEY, David. **O neoliberalismo. História e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**. Cortez Editora, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. Cortez Editora, 2022.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. Cortez Editora, 1995.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital: Rumo a uma Teoria da Transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. Cortez Editora, 2014.

MONTAÑO, Carlos. **Ação social na América Latina: Teorias e práticas**. São Paulo: Cortez, 2002.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma Introdução Crítica**. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de Serviço Social, V.I).

TONET, Ivo. **Democracia ou liberdade?** Maceió: Edufal, 1997. (cap. 2).